

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.293.216 - RJ (2018/0113332-9)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : RUY JORGE LIMA GOIABEIRA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**AGRAVADO : MARIA HELENA DE OLIVEIRA RAGAZI**  
**ADVOGADOS : JOSÉ RICARDO MOTTA DE OLIVEIRA - RJ074929**  
**MARIA APARECIDA DANTAS - RJ052683C**  
**CRISTIANE DANTAS FERREIRA MANHÃES - RJ179485**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por RUY JORGE LIMA GOIABEIRA, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 150-156, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 77-82, e-STJ):

DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADA COM COBRANÇA DE ALUGUÉIS E ENCARGOS. EXISTÊNCIA DE DÉBITOS LOCATÍCIOS. INEXISTÊNCIA DE PURGA DA MORA.

1) O locatário não efetuou a purga da mora, considerando que não depositou o valor integral do débito, na forma preconizada no disposto no artigo 62, II, da Lei de Locações, razão pela qual evidenciado o descumprimento contratual, o qual autoriza a rescisão do contrato de locação, com a decretação do despejo.

2) Assim, deve ser mantida a sentença que decretou o desalijo e condenou o apelante ao pagamento da dívida. 3) Recurso ao qual se nega provimento.

Opostos embargos de declaração (fls. 89-92, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 94-96, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 101-111, e-STJ), o recorrente aponta violação aos artigos 369, 370 e 373, I e II, e 1022 do CPC; e 421 e 422 do Código Civil.

Sustenta, em síntese, que: a) o juízo não determinou a realização de diligência probatória complementar apta a comprovar o real valor pago pelo recorrente à parte requerida; e b) o acórdão é omissivo em relação à referida questão, bem como quanto à abusividade da multa, juros e honorários contratuais cobrados pela recorrida.

Contrarrazões às fls. 118-126, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 129-132, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os fundamentos de que incidiriam ao caso os enunciados nº 5 e 7 da Súmula do STJ.

Irresignada, aduz a agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que o exame da pretensão não demanda reanálise da matéria de fato.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Inicialmente, pontua-se que, consoante a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com

ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

Salienta-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que, em sua decisão, discorra sobre todas as questões fundamentais para a correta solução da controvérsia.

No caso em tela, verifica-se que o Tribunal de origem, de forma expressa, refutou a omissão aventada pela insurgente, ao argumento de que tais matérias não seriam capazes de infirmar o entendimento então assentado (fl. 96, e-STJ):

Saliente-se que, ainda que voltados ao fim de prequestionamento, devem os embargos de declaração observar os requisitos elencados no artigo 1.022 do NCP. Contudo, como visto, não é esta a hipótese dos presentes autos.

Acrescente-se, neste diapasão, que se o pronunciamento objurgado decidiu a controvérsia com arrimo em fundamentos suficientes, por si sós, para manter o acórdão vergastado, reputa-se desnecessário mencionar acerca de todos os artigos que se pretende prequestionar. Neste particular, tem-se que da simples leitura do decisor depreende-se que não há qualquer violação ao disposto nos artigos 369, 370, 373, I e II do CPC e 421 e 422 do Código Civil.

Nota-se, portanto, que as alegações vertidas pela recorrente não denotam omissões, contradições ou obscuridades do aresto impugnado, mas tão somente traduzem seu inconformismo em relação ao acolhimento da tese jurídica defendida pela parte adversa.

Assim, não há se falar em violação ao art. 1022 do CPC/2015 na espécie, uma vez que a Corte local, de modo satisfativo e sólido, apreciou todos os pontos necessários para o julgamento do caso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 489, § 1º, DO CPC/2015 E AO ART. 93, IX, DA CF/88. DECISÃO MONOCRÁTICA - ORA AGRAVADA - DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. ACÓRDÃO ESTADUAL QUE EXAMINOU OS PONTOS ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 139, I, E 373, II, DO CPC/2015 E ART. 324 DO CÓDIGO CIVIL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

**1. Os vícios a que se refere o art. 1.022 do CPC/2015 - art. 535 do CPC/73 - são aqueles que recaem sobre ponto que deveria ter sido decidido e não o foi, e não sobre os argumentos utilizados pelas partes, de modo que não há falar em omissão simplesmente pelo fato de as alegações deduzidas não terem sido acolhidas pelo órgão julgador. Na espécie, deve ser rejeitada a violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois não existem vícios no v. acórdão estadual, que examinou os pontos essenciais ao desate da lide.**

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1015125/AC, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DE ACORDO JUDICIAL INADIMPLIDO. 1.

NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 3. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC/1973. CRITÉRIO DE EQUIDADE. REVISÃO OBSTADA PELA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

**1. Não ficou caracterizada a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional**

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1254843/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018)

**2. Da leitura do acórdão recorrido, colhe-se que o Tribunal local, à luz dos elementos de prova acostados aos autos, concluiu que, diferentemente do que aduz o insurgente, não estaria comprovada a purgação da mora (fls. 80-81, e-STJ):**

A parte autora ajuizou demanda na qual postula a rescisão do contrato de locação celebrado com o ora apelante, com o consequente despejo do imóvel, cumulada com cobrança de alugueres e encargos. Apresentaram como causa de pedir, a inadimplência do locatário, ora recorrente, relativos aos meses de junho a setembro de 2014, sendo o débito total de R\$ 5.238,64, conforme demonstra a planilha de fl. 03 (indexador 02).

Na contestação o locatário afirma que quitou o débito e os encargos locatícios, mediante o depósito do valor total de R\$ 3.048,00.

Compulsando os autos, constata-se que um dos recibos no valor de R\$ 762,00 está ilegível, sendo certo que não foi depositado o valor integral do débito, como bem pontuou a julgadora, nos seguintes termos:

(...) “Examinando os comprovantes de depósito juntados nos autos é fácil verificar que em nenhum deles o réu observou a necessidade de atualizar os débitos locatícios, nem tampouco de acrescentar os juros de mora e os honorários advocatícios contratualmente previstos, conforme determina o inciso II, do art. 62 da Lei 8.245/91.

Com isso, tem-se como não ocorrida a purgação da mora e frustrada a intenção de obstar a rescisão do contrato pelo inadimplemento do réu com relação à obrigação de pagamento dos aluguéis e encargos locatícios.

E é certo que o descumprimento da obrigação do locatário de pagar o aluguel e encargos, conforme dispõe o art. 23, inciso, I da Lei 8.245/91, enseja a decretação do despejo.

O valor do débito deve ser aquele indicado pela autora, sem a multa e as custas processuais, esta em virtude da gratuidade de justiça deferida ao

rêu e aquela porque não prevista no contrato, corrigido e acrescentado dos juros legais de mora, deduzidos os depósitos comprovados nos autos, até o dia da efetiva entrega das chaves.” (...)

**Assim, de fato, o locatário não depositou o valor total do débito, com a atualização monetária devida e os juros moratórios, consoante preconiza a norma insculpida no artigo 62, II, da Lei 8.245/91.**

Desta forma, tem-se que não há como se considerar purgada a mora, vez que não houve a satisfação integral do credor relativamente às verbas que integram o valor devido, pelo que acertado o decisum objurgado ao acolher a pretensão desalijatória, no prazo de 15 dias para desocupação voluntária, assim como sua condenação ao pagamento dos aluguéis e acessórios vencidos até a data efetiva entrega do imóvel.

Com efeito, consoante disposto no art. 370 do CPC/2015, cabe ao juiz determinar, de ofício ou a requerimento, a produção das provas necessárias à elucidação das questões apresentadas pelas partes. Como consequência de tal potestade, prevê o parágrafo único do referido dispositivo, inclusive, que o magistrado deverá indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

Não há se falar, portanto, em cerceamento de defesa no caso, já que o Tribunal de origem, a partir das provas já produzidas, considerou possível o julgamento de mérito da demanda. Rever tal entendimento, necessariamente, demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, o que se veda por força da Súmula 7/STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. EMBARGOS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

**1. In casu, para se chegar à conclusão de que a prova cuja produção foi requerida pela parte seria ou não indispensável à solução da controvérsia, seria necessário se proceder ao reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, a teor do enunciado 7 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça.**

2. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 841.164/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 30/10/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUDITORIA FINANCEIRA. AÇÃO MONITÓRIA. HONORÁRIOS AD EXITUM. PRODUÇÃO DE PROVAS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

**1. Segundo jurisprudência do STJ, ao juiz, como destinatário da prova, cabe indeferir as que entender impertinentes, sem que tal implique cerceamento de defesa. Incidência da Súmula 7 do STJ.**

2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame da divergência, uma

vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1044194/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 27/10/2017) [grifou-se]

**3.** Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo. Por conseguinte, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem (fls. 51, e-STJ), observado, se for o caso, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator